

# USO DO TERRITÓRIO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA METRÓPOLE DE SÃO LUÍS: EXPULSÃO E PERMANÊNCIA NA COMUNIDADE DO CAJUEIRO

## USE OF TERRITORY, INFORMATION AND COMMUNICATION IN THE SÃO LUÍS METROPOLIS: EXPULSION AND PERMANENCE IN THE CAJUEIRO COMMUNITY

Antonio José Araujo Cruz<sup>1</sup>  
Livia Cangiano Antipon<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** A comunidade do Cajueiro, localizada na Região Metropolitana da Grande São Luís, desde 1980, vive as consequências do processo de *modernização seletiva*, o qual organiza de maneira desigual os lugares, fazendo com este território simbólico, de ancestralidade africana, viva uma série de disputas pelos seus usos. Recentemente, com o projeto de instalação de um porto privado na região, resultado de um consórcio entre capital nacional e chinês, conjuntamente com o apoio do governo do estado, os moradores da comunidade, mais uma vez, vivenciaram um processo de expulsão, deflagrado por intensos conflitos. Os levantamentos bibliográficos, bem como as diversas incursões de campo realizadas na/com a comunidade, permitiram apresentarmos o papel das densidades *informacionais* e *comunicacionais* na construção de distintas narrativas sobre a cidade, sobretudo em dois eventos específicos: (1) o ato de resistência no Palácio dos Leões, residência oficial do governador do estado, no dia 12 de agosto de 2019, e (2) a ocupação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, entre os dias 23 e 26 de agosto de 2019. Em tais momentos, de um lado, observamos o controle e o exercício do poder pela grande mídia – caracterizada pela racionalidade hegemônica; e de outro, refletimos sobre o papel das mídias alternativas, as quais, ao subverter os discursos únicos, comunicavam à sociedade civil acerca do movimento de resistência dos moradores do Cajueiro. A pesquisa, assim, atenta-se para as práticas *contrarracionais* em busca de um uso menos desigual do território.

**Palavras-chave:** Região Metropolitana de São Luís. Comunidade do Cajueiro. Uso do Território. Modernização seletiva. Mídias Alternativas. Resistência.

---

1 Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão e sua pesquisa intitulada “Uso do território, modernizações e resistência na metrópole de São Luís: por uma Cartografia da Ação na comunidade do Cajueiro”, está sob orientação do Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves. E-mail: antonioaraujo1096@hotmail.com.

2 Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas e sua pesquisa de doutorado FAPESP intitulada: “Os circuitos da economia urbana e a situação alimentar de São Luís (MA): a dimensão do mercado de alimentação”, está sob orientação do Prof. Dr. Márcio Cataia. E-mail: liviacangiano@gmail.com.

**ABSTRACT:** The Cajueiro community is a symbolic territory of African ancestry located in São Luís Metropolitan Region. Since 1980, this community has been living the consequences of the selective modernization that unevenly organizes the places, causing a series of disputes over the territory uses. Recently, with the project to install a private port in the region – the result of a consortium between national and Chinese capital, together with the support of the state government – the community residents, once again, experienced an expulsions process, triggered by intense conflicts. The bibliographic research, as well as the various fieldworks incursions accomplished in the community/with the community, allowed us to present the role of informational and communicational densities in the construction of different narratives about the city, especially in two specific events: (1) the act of resistance in *Palácio dos Leões*, official residence of the state governor, on August 12, 2019, and (2) the occupation of the *Maranhão State Human Rights Secretariat*, between August 23 and 26, 2019. In such moments, on the one hand we observe the control and the exercise of power by the mainstream media - characterized by hegemonic rationality; but on the other hand we reflect on the alternative media's role, in turn, by subverting the unique discourses, communicated the civil society about the resistance movement of Cajueiro's residents. Therefore, the research focuses on counter-rationalities practices pursuing a less unequal use of the territory.

**Keywords:** São Luís Metropolitan Region. Cajueiro Community. Use of the territory. Selective Modernization. Alternative Medias. Resistance.

## INTRODUÇÃO

Este artigo resulta das atividades do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD-Amazônia)<sup>3</sup>, desenvolvidas entre as Universidade Estadual do Maranhão (Campus São Luís) e Universidade Estadual de Campinas (Campus Campinas). A pesquisa foi realizada no âmbito de um dos principais pilares deste projeto: possibilitar a cooperação acadêmica entre tais universidades através do intercâmbio de pesquisa, como forma de ampliar as reflexões teórico metodológicas sobre o processo desigual e excludente da urbanização maranhense.

Tal intercâmbio científico permitiu encontros entre os autores ocorridos tanto na Universidade Estadual do Maranhão, quanto na Universidade Estadual de Campinas, no período entre junho e agosto de 2019. Dentre as atividades desenvolvidas, os pesquisadores socializaram bibliografias, bem como dialogaram no sentido de aprofundar teórico metodologicamente acerca da situação geográfica maranhense, do processo de urbanização da Região Metropolitana da Grande São Luís e, fundamental à pesquisa em tela, das discussões sobre as relações entre modernizações seletivas e *contrarracionalidades* no uso do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001) brasileiro.

Destacam-se, ainda neste sentido, compondo esse diálogo acadêmico, os trabalhos de campo realizados na cidade de São Luís. Entre eles, foram feitas incursões na/com a comunidade do Cajueiro – Zona Rural da cidade de São Luís<sup>4</sup> – as quais subsidiaram este debate político-científico, não apenas enriquecendo as reflexões teóricas acima expostas, mas, sobretudo, trazendo-nos a potencialidade do papel da Geografia brasileira contemporânea como disciplina fundamental na busca de usos menos desiguais do território nacional. Esperamos, assim, apresentar o resultado desta frutífera interlocução.

A comunidade do Cajueiro, também reconhecida entre os seus moradores, como “povoado do cajueiro”, organiza-se em cinco núcleos: Parnauçu, Andirobal, Guarimanduba,

Morro do Egito e Cajueiro (GEDMMA, 2014). Ao abrigar cerca de 350 famílias que vivem da pesca, da coleta de mariscos, da agricultura camponesa e de pequenas criações de animais<sup>5</sup>, apresenta-se como um lugar histórico de grande diversidade étnico-cultural.

O processo de modernização seletiva (SOUZA, 2000) que organiza desigualmente o território brasileiro aporta no Cajueiro desde 1980, quando datam registros da chegada de grandes empreendimentos – desde a construção de portos fluviais até a instalação de polos siderúrgicos – à região, levando às disputas pelos usos de seu território.

Recentemente, com o projeto de instalação de um porto por meio de um consórcio com o capital chinês nestas obras, deflagra-se um novo processo de expulsão na comunidade, marcado por conflitos entre os moradores do local e os poderes instituídos.

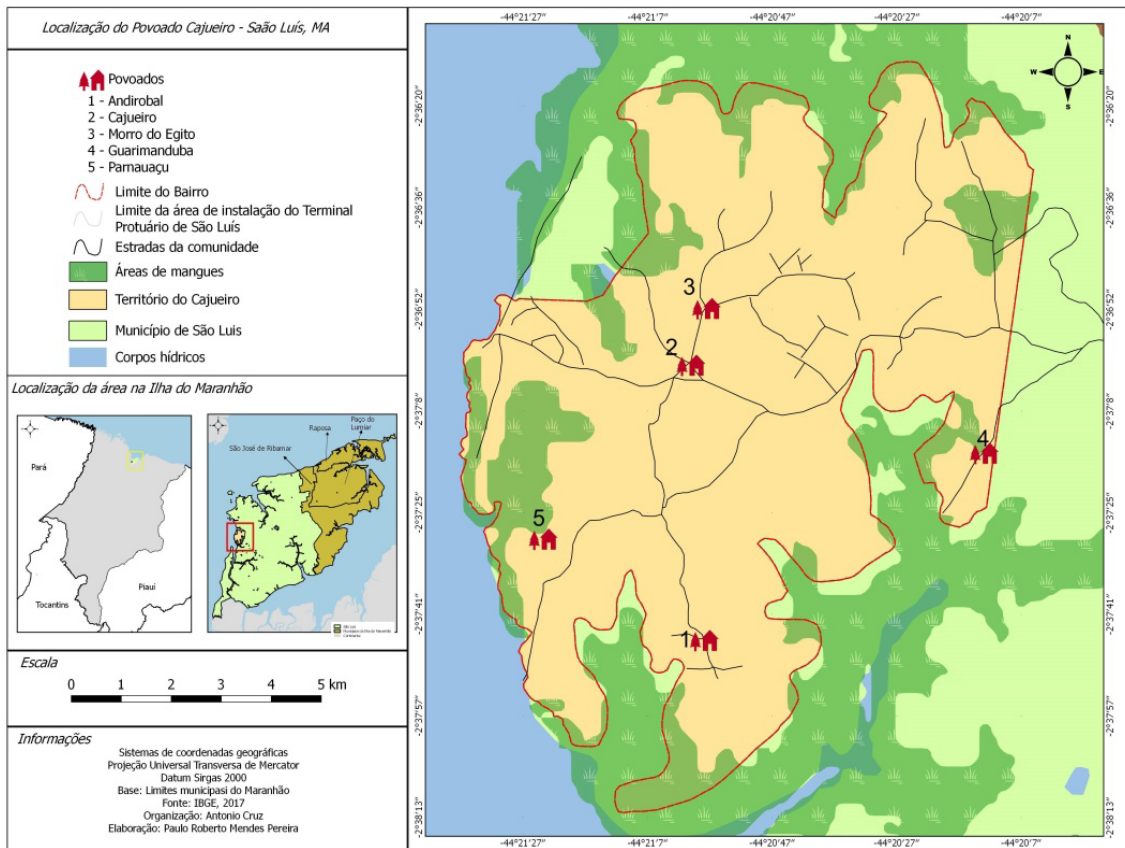
Assim, na primeira parte do artigo, preocupa-nos apresentar a situação geográfica (SILVEIRA, 1999; CATAIA; RIBEIRO, 2015) da comunidade do Cajueiro que, historicamente, vem sofrendo pressões de expulsão neste território ancestral. Para tanto, coube pensar tal lugar a partir dos usos racionais hegemônicos consolidadores da formação socioespacial (SANTOS, 1977) brasileira, e suas consequências no processo de urbanização de São Luís. Entender o papel maranhense na divisão territorial do trabalho e a recente inserção do capital chinês neste estado apresentou-se fundamental na análise.

Na segunda parte do artigo propomos apresentar o papel dos conteúdos informacionais – fundados da difusão de mensagens – e comunicacionais – baseados nas trocas abrigadas nos lugares – na construção de narrativas sobre a cidade. Ressaltamos, desse modo, tanto a capacidade de tais conteúdos controlarem determinados espaços, como exercício do poder dominante, quanto de subverter tais formas racionais e hegemônicas com a apropriação de técnicas para o exercício de um contrapoder.

Por fim, antecede a nossa conclusão uma análise da maneira como os movimentos de resistência da comunidade se organizam, tanto por meio de mídias alternativas e redes sociais, quanto por ações diretas, reivindicando o direito à permanência em tal lugar. Constituindo-se de práticas *contrarracionais*, tais movimentos sociais evidenciam uma luta pela própria possibilidade de existência na cidade desigual.

## **RACIONALIDADE SELETIVA E EXPULSÃO NO CAJUEIRO: O TERRITÓRIO COMO RECURSO**

A comunidade do Cajueiro (Figura 1), às margens da baía de São Marcos, resulta da história territorial de São Luís. Metrópole *corporativa e fragmentada*<sup>6</sup>, a capital do Maranhão é caracterizada por formas-conteúdo que a consolidam como uma cidade profundamente desigual. Tais variáveis espaciais revelam os conflituosos e distintos processos que modernizaram de maneira seletiva a cidade de pedra e cal, a qual hoje é habitada por parte da população brasileira que ganha menos de um salário mínimo ao mês (IBGE, 2019).



Fonte: IBGE, 2019

**Figura 1.** Comunidade do Cajueiro na Metrôpole de São Luís.

À esta “urbanização moderna” (BURNETT, 2008), estrutura-se o fato urbano (GEIGER, 1963) ludovicense. Nesse contexto, os poderes constituídos (Estado e corporações) impulsionaram parte dos sujeitos sociais a um constante processo de expulsão, ou seja, repelindo-os cada vez mais para as áreas periféricas da urbe. Nesse sentido, a cidade reproduz padrões de urbanização reconhecidos como os da formação socioespacial brasileira. É neste contexto de recorrentes expulsões – ou seja, aqueles momentos em que uma condição familiar se torna extrema (SASSEN, 2016) –, que a comunidade do Cajueiro, bem como diversas periferias da cidade, se consolida.

Nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1970, a área que compõe hoje a Região Metropolitana da Grande São Luís<sup>7</sup> tem recebido uma série de incentivos à modernização, a qual o sentido majoritário tem sido atender aos interesses hegemônicos. Vários são os vetores aportados na cidade, oriundos desta modernização brasileira que planejou a execução de grandes projetos na Amazônia Oriental: são exemplos fundamentais os megaprojetos desenvolvimentistas de construção de uma infraestrutura necessária para a exploração desta região, como forma de integrá-la à economia nacional, tais quais o Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A (ALUMAR), a chegada da companhia Vale do Rio Doce, a construção do porto do Itaqui e o projeto Carajás.

Neste âmbito, é em 1980 que a comunidade do Cajueiro começa a sentir os primeiros efeitos da pressão modernizante, com a instalação de um polo siderúrgico na região, a qual substancia diversos deslocamentos compulsórios de sujeitos viventes do lugar (PNCSA, 2019).

Chama atenção, que em 1998, entre este primeiro caso de desalojamento e ocupação, e o mais recente, mote de nossa pesquisa, foi conferido à comunidade pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), a “Escritura Pública de Condomínio” (ALVES, 2016) aos seus habitantes – ou seja, a segurança jurídica de posse desta terra. Daí o retrato de como tais normas são desconsideradas frente ao apelo modernizante, atrelado à noção de desenvolvimento e amparado estritamente na racionalidade economicista.

Esta psicofera (SANTOS, 1996)<sup>8</sup> desenvolvimentista corresponde apenas ao crescimento econômico, ou seja, é despreocupada com o sentido social de produção do espaço, e, dessa maneira, pode ser ainda considerada conservadora e seletiva (SOUZA, 2000), pois resulta de inúmeros processos de expulsão, que por sua vez, só fazem agravar as situações de pobreza estrutural<sup>9</sup> nos diferentes lugares. É uma ideologia calcada nos pilares de um capitalismo rentista, mais preocupado com “a eliminação das já mencionadas deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e bem-estar coletivo (SANTOS, 1990, p. 94).

As sucessivas modernizações seletivas levaram a uma disputa pelos usos do território do Cajueiro, a qual ainda persiste latente. Desde 2014, cresce o discurso competente (CHAUÍ, 1985)<sup>10</sup> visando a instalação de um porto por meio de um consórcio de empresas lideradas pela WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda (atual TUP Porto São Luís S/A). Destaca-se, sobretudo, o envolvimento do capital chinês por meio da transnacional *China Communications Construction Company (CCCC)*, a qual, com o apoio do Estado, levou à coadunação de conflitos socioambientais na tentativa de instalação de um porto privado na área em questão<sup>11</sup>.

Diversas foram as formas de domínio observadas, como destacam Mesquita e Sant’Ana Júnior (2017, p. 8):

(I) (...) a WPR contratou em junho de 2014 a empresa de segurança Leões Dourados que, posteriormente, foi identificada junto à Polícia Federal como em condição de trabalho irregular, portanto, constituindo-se uma milícia privada. A utilização de jagunços armados para intimidação de moradores para que estes vendessem suas casas também já foi relatado por moradores do Cajueiro. Em dezembro de 2014 e janeiro de 2015, a WPR demoliu um total de 21 casas no povoado de Parnauçu (por meio de ordem judicial controversa), sendo que parte das famílias que tiveram suas casas demolidas não receberam indenização.

(II) Outra tática utilizada pela empresa foi a cooptação de moradores, com o discurso de que os desapossados receberiam indenização, provocando uma fragmentação interna no Cajueiro, dividindo a comunidade entre os que são contra e os que são a favor do empreendimento. Vale ressaltar que muitos moradores a favor da construção do porto não vivem de atividades tradicionais ligadas aos recursos naturais daquele território e/ou possuem outras propriedades na zona urbana de São Luís. Uma problemática fortemente presente no Cajueiro, que se intensificou desde o anúncio da construção do referido porto diz respeito à especulação e grilagem de terras no local.

Tal situação geográfica (SILVEIRA, 1999; CATAIA; RIBEIRO, 2015)<sup>12</sup>, revela o modo como o Maranhão se insere na divisão técnica e territorial do trabalho internacional: lugar fluído – um território como recurso (GOTTMAN, 2012) – para o escoamento de commodities agromineiras, tais quais a soja, o ferro e o alumínio, cujo movimento extrovertido acaba

por metamorfosear a dinâmica socioterritorial do estado, em razão da crescente expansão de produção, comercialização e consumo de tais mercadorias (PALHETA, 2013; PALHETA *et al.*, 2017; CASTILLO, 2000).

A pressão pela criação do porto privado – esse *macrossistema técnico* (CATAIA, 2014) –, implica em que na metrópole de São Luís manifestem-se dialéticas e contradições entre os distintos usos de seu território: simultaneamente marcado por impulsos globais – as chamadas verticalidades – e os diversos modos de organização da vida no lugar – ações reconhecidas como horizontalidades (SANTOS, 1996)<sup>13</sup>. Diante de tais ordens externas, ressalta-se no Cajueiro a resistência de seus sujeitos – moradores que paulatinamente passaram a ter suas relações cotidianas e modos de vida ameaçados pela lógica da racionalidade corporativista do capital. Parte dessa problemática na tentativa de construção do porto ocorre à desapropriação, o desalojamento e a expulsão de uma parcela da sociedade civil através da

(...) destruição arbitrária de casas; pressão para venda de alguns terrenos; utilização de seguranças privados contratados pelo empreendimento; medo e insegurança nos moradores; instalação de bloqueios em áreas de circulação e vivência na comunidade; desmatamentos de babaçuais; aterramento de mangues e igarapés. E agora, em 2019, a ordem para desapropriação de mais de vinte famílias. (PNCSA, 2019, s/p)

Diante desse quadro, ao longo de 2019 houve uma intensificação dos conflitos e confrontos envolvendo os diferentes sujeitos sociais. O Estado e as empresas realizaram ações de despejo por meio da Polícia Militar do Maranhão, a qual utilizou da força coercitiva – “quando o capital intervém em lutas sobre o meio construído, em geral o faz por meio da intervenção do poder do estado” (HARVEY, 1982, p. 12) – para retirar a população e destruir cerca de vinte e oito casas em um processo de reintegração de posse<sup>14</sup>.

Destacamos que a história dos conflitos e resistências no Cajueiro caracteriza a segunda metade do século XX e se perpetua até hoje. No entanto, as lutas dos sujeitos sociais ali abrigados em defesa de seu território não eram outrora mostradas pelos meios de comunicação hegemônicos. Nesse sentido, adiante, vamos expor a relação entre os meios de comunicação e as distintas formas de divulgação de determinada informação e a maneira como os territórios vão sendo usados (SANTOS; SILVEIRA, 2001) neste processo.

## **PODER E CONTRAPODER: A DISPUTA DE NARRATIVAS NO TERRITÓRIO DO CAJUEIRO**

A informação, segundo Raffestin (1993), é constantemente controlada pelo poder instituído, difundindo-se pelo território por meio das redes de comunicação.

Tais redes servem para atender interesses de grupos específicos, cuja “gestão e controle são facilitadas pelas técnicas atuais” (RAFFESTIN, 1993, p. 203), sendo responsáveis pela manutenção ou pelo dismantelamento do poder.

No caso do Maranhão, as oligarquias políticas territorializadas ao longo do processo de formação do estado, além de proprietárias de terras e de atividades econômicas, são também detentoras dos grupos de comunicação cujo uso sempre ocorreu como forma de perpetuação de seu *status quo* – movimento não desassociado de inúmeras formas de alienação de sua população.

Isto, pois, sempre buscaram transmitir à população apenas aquilo que fora conveniente aos seus interesses. Acerca da modernização seletiva, interessava-os informar o quanto os projetos de infraestrutura nacional desenvolvimentistas eram importantes para o “crescimento” do estado. Ainda que causassem impactos relacionados à destruição ambiental e, sobretudo, aos deslocamentos compulsórios de populações tradicionais, casos como o do Cajueiro, eram anunciados como a maneira do estado integrar-se à economia da nação.

Conforme Santos (1996, p. 357-358), os espaços do período contemporâneo podem ser caracterizados por seus conteúdos informacionais e comunicacionais. Diferenciando-os, o autor alega ser a densidade informacional aquela composição técnica do território atrelada à exterioridade do lugar, sendo, assim, “obediente às regras de um ator hegemônico”. Por sua vez, a densidade comunicacional representaria o “tempo plural do cotidiano partilhado”, ou seja, diz respeito aos sujeitos que no tempo da co-presença podem dizer sobre o seu próprio lugar.

Consideramos, portanto, a difusão da informação como meio de exercício do poder. Daí não causar estranheza que seus controladores a use para alienação das pessoas por meio da deformação da realidade, criando psicoferas que atendam aos interesses corporativos – lembrado que são poucas as firmas e corporações que possuem acesso aos meios de comunicações (MATTELART, 2001).

Por essa via, as indústrias informacionais da contemporaneidade procuram constantemente assegurar determinado caráter de privilégio exclusivo (monopólio) sobre “a informação da qual extraem as rendas que viabilizam a acumulação. Sendo mais exato, buscam controlar as fontes de informação ou os meios de acesso, quando não ambos. De recurso social, a informação é travestida em mercadoria [...]” (DANTAS, 2003, p. 27).

Já que os territórios são, assim, equipados de estruturas para a circulação de distintas informações, as quais determinam ou deixam de determinar certas dinâmicas espaciais (SANTOS, 1996), faz-se importante questionarmos o papel – e quem detém o seu controle – da difusão da informação no período atual (MALIN, 1994; MATTELART, 2000, 2001; BEY, 2018), cujo comportamento pode ser uma variável-chave explicativa do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996).

A difusão da informação é, portanto, estratégica (MATTELART, 2000) e, por esta razão que nas formações socioespaciais existem centros decisórios para que ela ocorra conforme previsto pelos agentes hegemônicos. Estes centros de comandos são responsáveis por filtrar as informações e difundi-las por meio das redes técnicas informacionais, dinamizando os usos do território conforme julguem pertinente para cada região.

A informação causa, nesse sentido, mudanças estruturantes no território e, por isso, comporta-se como elemento fundamental do período contemporâneo (SANTOS, 1996). Não obstante, “os sistemas de comunicação em tempo real determinam a estrutura de organização do planeta” (MATTELART, 2000, p. 11), ao designarem papéis/ concretizarem atividades virtuais para cada território na divisão do trabalho contemporâneo.

Afirmamos, assim, que em nossa formação socioespacial brasileira – seguindo os padrões de países da periferia do capitalismo – os sistemas modernos de informação podem ser vistos “como parte do aparelho institucional criado para o desenvolvimento de estratégias de controle do território nacional e, em sua face econômica, como elo articulador e agilizador do mercado” (RIBEIRO, 1991, p. 46).

No caso Cajueiro, o controle da informação no estado maranhense por suas oligarquias políticas e econômicas fica evidente. Mesmo que o projeto de implementação portuária na

região tenha sido planejado e articulado por governos anteriores, foi apenas no início de uma nova gestão (governador Flávio Dino – PCdoB), em 2015, que o caso vem à tona, de forma incisiva, pela grande mídia. Ainda que no ano de 2014 tenham começado os primeiros processos de expulsão na região para a implementação da infraestrutura e as mídias alternativas já estivessem reportando o caso, o ano de 2015 chama atenção pelo volume de informação amplamente vinculada – não porque havia, por parte dos detentores dos meios de comunicação, algum movimento de apoio à comunidade, mas, exclusivamente, como forma de demarcar a oposição ao novo grupo político que agora governava o estado.

Nesse viés, questionamos em quais medidas os meios de informação (sobretudo os grupos ligados à grande mídia), de fato informavam os eventos. Deve-se, dessa maneira, levar em consideração – a partir do poder de desorganização dos lugares (RIBEIRO, 1991) e dos diversos padrões de manipulação da imprensa (ABRAMO, 2016) – que a informação propagada tem um potente papel de alterar a posição e as relações de nossos sentidos (McLUHAN, 1972), sobretudo, àqueles associados aos rumos políticos e democráticos de nossa história territorial.

Por outro lado, as contradições espaciais implicam na existência de uma mídia alternativa, de sentido oposto à racionalidade econômica dominante – trata-se da *revanche do território*, como já ressaltara Santos (2000)<sup>15</sup>. Tal projeto – organizado de maneira ascendente, ou seja, a partir dos sujeitos e de seus lugares de reprodução da vida –, é capaz de fazer falar, comunicar, cartografar, fotografar, filmar a chamada “ação em seu contexto” (RIBEIRO, 2011), pondo em relevo os lugares e as suas lutas.

O Cajueiro, para a reprodução do modo de vida, sobrevivência e resistência sempre se articulou para falar de suas lutas e anseios por um território menos desigual, cuja centralidade é a pluralidade das organizações socioespaciais de seus sujeitos. E foi conjuntamente com as mídias alternativas – através dos diálogos com as universidades, associações e movimentos sociais, rádios livres e jornais impressos – que ele pode ampliar as suas pautas junto à sociedade civil.

Assim, a seguir, trataremos do modo com a mídia alternativa em suas mais diversas formas-conteúdo, executa um papel fundamental no período atual: revelar os distintos usos do território, a partir da manifestação da força dos lugares e do homem lento (SANTOS, 1994) nutrido pelo seu cotidiano – este, que no contexto de disputa pelo controle do espaço banal, é constantemente negado pela grande mídia, bem como por meio da modernização autoritária do território (RIBEIRO, 1991).

## **AS CONTRARRACIONALIDADES EM MOVIMENTO: POR UM CAJUEIRO COMO ABRIGO**

Ainda que a pressão expulsora – e, por conseguinte, segregante – ocorra, amalgame-se no Cajueiro toda uma ancestralidade:

os indícios históricos contam no mínimo 200 anos de ocupação territorial, contabilizando, por exemplo, a idade de moradores que nasceram no local e também criaram seus filhos; isto sem considerar indícios históricos que demonstram usos indígenas (GEDMMA, 2014, p. 9).

Tal informação revela que, apesar das inúmeras ações repulsivas, a população genuína, de alguma maneira, manteve-se organizada, resistindo ao avanço de tais impulsos. Chama-nos atenção, nesse sentido, as ruínas do antigo Terreiro do Egito, próximas ao



Porto do Itaqui. Estas rugosidades (SANTOS, 1996)<sup>16</sup> do território do Cajueiro revelam-se como uma estrutura, não somente física, mas também simbólica, capaz de guardar “um conjunto de significados e fatos que ajudam a contar a história do lugar, como lugar de referência, adoração, mas também de resistência do passado memorial e imemorial” (GEDMMA, 2014, p. 5). Trata-se do território herdado (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Esta herança territorial concretiza o Cajueiro também como um espaço sagrado, com fortes significados simbólicos para os moradores do lugar, praticantes do Tambor de Mina, cujos usos para suas práticas religiosas remontam ao século XIX (ALVES, 2016). Portanto, quando os seus habitantes se organizam, também estão – para além de reivindicarem seu espaço de morada e realização da vida – resistindo pelo próprio pertencimento à este lugar sagrado, ponto de união entre uma São Luís colonizada e a terra africana, cuja partida de seus ancestrais ocorreu sob a égide da violência<sup>17</sup>. Desta organização, observaram-se as inúmeras formas de resistência. Eis um contrapoder revelando-se a partir de outra narrativa – a do próprio território e de sua cultura herdada.

Como forma de expor o período de resistência mais recente – dos muitos já vivenciados por esses sujeitos<sup>18</sup> – buscamos entender a relação da mídia, seja ela, a grande, de massa, ou a pequena, alternativa, com o território do Cajueiro no período que compreende o segundo semestre de 2019, a partir de dois momentos (i) o ato de resistência no Palácio dos Leões, residência oficial do governador do estado, no dia 12 de agosto de 2019, e (ii) a ocupação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, entre os dias 23 e 26 de agosto de 2019.

Em decorrência dessa pressão por uma modernização autoritária, no dia 12 de agosto de 2019, com as ações de despejo envolvendo o aparato militar do Estado e as empresas associadas à construção do porto privado, os sujeitos abrigados no Cajueiro organizaram a primeira ação de resistência do ano, articulando-se aos movimentos sociais e coletivos e às universidades, os quais passaram a convocar a sociedade ludovicense para o movimento através das mídias alternativas.

Os moradores, através de tais mídias, pediam para que a população ludovicense participasse do ato de resistência, previsto para às 06h00, no Palácio dos Leões – local cujos moradores já estavam pernoitando – e que não havia necessidade dos participantes se preocuparem com a alimentação, pois ela estaria garantida com a organização de um café da manhã coletivo<sup>19</sup>. Difundia-se, assim, a importância da sociedade civil reunida à luta pela permanência do Cajueiro e a preocupação em se realizar um ato organizado.

Nesse ato de resistência a população utilizou os seguintes meios de comunicação para se fazer ouvir e denunciar a ação do Estado e das empresas: celulares pessoais com o registro de fotografias e vídeos, os quais se vinculavam diretamente aos canais alternativos de comunicação, tais como os grupos de WhatsApp, sites e blogs de coletivos, movimentos sociais e grupos de pesquisa de universidades.

Compuseram igualmente o enfrentamento, em diversos momentos da manifestação, danças indígenas que representavam a resistência e a ancestralidade do Cajueiro e, ainda, os sujeitos resistentes lançaram mão de um carro de som, por meio do qual os representantes ecoavam suas indignações, tal qual T<sup>20</sup>, quando ecoou:

Do que eu vou viver? O que eu sei fazer é plantar e pescar. A comida que chega na mesa deles também sai de nossas plantações, não podem tirar a gente de lá. (T. Moradora do Cajueiro, em 12 de agosto de 2019).

Ressaltamos, no entanto, que tal veículo foi impedido de chegar até a frente do Palácio dos Leões por uma barreira policial. Mesmo com a tentativa de impedimento de circulação dessa mídia alternativa e comunicacional – considerada pelos manifestantes como principal meio de difundir as informações no momento do ato –, os moradores continuaram a usá-la, ainda que mais distante do local que queriam. Ou seja, a barreira policial não impediu que o movimento de resistência se articulasse junto à sociedade civil organizada, para denunciar as arbitrariedades cometidas pelo Estado e corporações com a expulsão dos moradores do Cajueiro.

Simultaneamente, por voltas das 8h00, à medida que a sociedade civil organizada e os sujeitos envolvidos faziam enfrentamento em frente ao Palácio dos Leões, foram mobilizados cerca de 180 policiais para o território do Cajueiro, com vistas à concretização da ação que aconteceu sobre forte repressão.

Os moradores do Cajueiro dependem do território para sua existência social, cultural, simbólica e econômica; possuem relação de afetividade com o lugar (TUAN, 1980) devido suas identidades e territorialidades ancestrais. Portanto, lutam em defesa desses laços.

Fica claro, que nesse dia, todo o quadro de violência<sup>21</sup> gerado pelo deslocamento compulsório das famílias do Cajueiro ocorreu sob fortes conflitos e resistências. No entanto, várias pessoas ao serem desabrigadas, tornaram-se desassistidas pelo Governo Estadual – que naquele momento se ausentou da responsabilização pelos conflitos, alegando que diante de uma ação judicial, não tinha forças para impedir a situação criada naquela ocasião.

Assim, no dia 23 de agosto de 2019 a sociedade civil e um grupo de moradores do Cajueiro, composto por quinze pessoas, – que continuavam a informar/manter-se informados via mídias alternativas – ocuparam a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão por 62 horas, cobrando um canal de negociação e uma resolução para a questão.

Nesse segundo momento, os moradores pediam para que os ocupantes, além de não saírem do local durante a ocupação, também, levassem roupas, alimentação e materiais de higiene. Destacamos estes detalhes, pois os consideramos como uma estratégia de resistência, uma vez que:

Durante o período em que os moradores estiveram ocupando o prédio, houve uma série de restrições. A alimentação foi supervisionada pelos policiais do Gabinete Militar, houve a proibição de entrega de itens de higiene pessoal, impedimento do acesso de advogados a seus clientes, e proibição da entrada da Comissão de Prerrogativas da OAB/MA. O Governo do Estado do Maranhão ainda colocou o Gabinete Militar para controle da Secretaria de Direitos Humanos (CPPNACIONAL, 2019, s/p).

Mesmo após a desocupação da Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Maranhão, o Cajueiro continua (r)existindo a esse projeto modernizante violento, através de denúncias contra as arbitrariedades sofridas por pessoas da comunidade e por organizações da sociedade civil.

Chamamos atenção às várias estratégias e atuações por meio de uma diversidade de mídias alternativas, acessíveis a sujeitos abrigados na cidade de São Luís. Nesse contexto, a comunicação no lugar ocorreu por meio da “troca de ideias” entre os sujeitos. Assim, as lideranças circularam de casa em casa chamando os moradores para participarem das ações de resistências, incumbindo-os de chamar outras pessoas para somarem nas lutas, tais como: parentes, amigos e apoiadores.

Quando não pessoalmente, essa rede comunicacional ocorreu, sobretudo, por meio dos grupos de WhatsApp, reunindo os moradores, bem como os movimentos sociais, os

grupos de pesquisas das Universidades Estadual e Federal do Maranhão, os coletivos e as associações de resistência. Além disso, as lideranças realizaram ligações telefônicas para os demais moradores no sentido de inclui-los na rede de resistência, quando impossibilitados de encontrá-los em suas residências.

Outra estratégia usada pelos moradores do Cajueiro para se comunicarem – e que perdurou após os atos do doze de agosto – foi a utilização de carros de som, informando desde as pautas intrínsecas ao lugar, sejam elas de ordem judiciais, com novas negociações do Estado, ou privadas, com as empresas envolvidas, até como, onde e quando iriam ocorrer determinadas ações de resistência.

Tal “comunicação de resistência” (FESTA, 1986) é usada no território do Cajueiro para informar, na escala do lugar, as estratégias e decisões tomadas diante de algum evento que tem implicação no cotidiano; contudo, esta mídia alternativa também acompanha os moradores até os locais onde são realizadas as resistências fora do território. Opera, assim, como um megafone capaz de ecoar as vozes dos inconformados e excluídos do projeto de nação.

As estratégias de resistências ocorreram também a partir de reuniões realizadas na Associação Comunitária do Cajueiro – União de Moradores do Bom Jesus do Cajueiro –, encontros organizados a partir das mídias alternativas supracitadas.

Tais momentos foram fundamentais para articular o movimento e definir as decisões do coletivo e suas ações. Buscando uma tipologia das reuniões, observou-se a existência de encontros internos, ou seja, restritos aos moradores do Cajueiro e outros abertos, abrigando, também, a sociedade civil organizada.

Tal quadro evidencia que a comunicação é capaz de ser produzida a partir de uma série de ações enraizadas no lugar, produtoras, portanto, de informações ascendentes – aquelas que falam dos sujeitos e de seus distintos atos de resistir como forma de existência e que, por meio da pluralidade dos agentes, se articulam destinadas a “construção da cidadania e a produção de um sentido político-cultural” (SILVA, 2010, p. 27) aos lugares.

De acordo com o nosso levantamento preliminar, há uma articulação com mais de 135 meios de comunicação alternativos. Essas mídias comunicam muito sobre a existência e ações dos sujeitos marginalizados na cidade e de seus cotidianos, bem como participam de reuniões e também militam nas ações de resistência, além de se preocuparem com a cobertura em tempo real dos acontecimentos.

A teia de comunicação formada a partir de uma diversidade de mídias alternativas nestes dois eventos detalhados ocorreu por meio de vários compartilhamentos de matérias jornalísticas por grupos de estudos e pesquisas, coletivos, associações, movimentos sociais, portais de notícias e sociedade civil em suas mais distintas mídias digitais.

Nessas ações de resistências, houve distintas manifestações de apoio ao território do Cajueiro, entre elas, o Movimento de Pescadores e Pescadoras, a Central Sindical e Popular, o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão, a Justiça nos Trilhos, a Articulação Internacional de Atingidas e Atingidos pela Vale<sup>22</sup>, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Negro Cosme, o Grupo de Estudos Sobre a Questão Agrária e Movimentos Sociais, a Comissão Pastoral da Terra, a Agência Tambor, o Coletivo Pinga Pinga, entre outras associações.

Trata-se de gestos e comunicações contrarracionais<sup>23</sup> (SANTOS, 1996) frente a um planejamento estratégico (VAINER, 2000), organizado de cima para baixo, ou seja, orquestrado entre as empresas e o Estado, como instrumento de dominação<sup>24</sup> (SANTOS, 2003).

Tal racionalidade territorial conjuga-se “em um meio de controle da ordem urbana” (MONTEIRO, 2007, p. 42), ou seja, carregado de intencionalidades e ideologias as quais buscam articular o território para a produção racional, desconsiderando a vida das pessoas e seus laços afetivos com os lugares (TUAN, 1980). Mais que isso, desvalorizando o espaço geográfico sob a perspectiva existencial (SILVEIRA, 2006) – lócus dos conteúdos, anseios, desejos e projetos dos sujeitos.

A organização de seus moradores junto à sociedade civil, em luta pela permanência em seu território ancestral, demonstra exatamente a potencialidade de se construir um meio coletivo e solidário – projeto de realização da vida sob narrativas mais cidadãs.

## CONCLUSÃO

O estudo sobre o território do Cajueiro na Região Metropolitana da Grande São Luís, mostra-se crucial para refletir sobre os diferentes usos do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001) que se tem feito desta metrópole, cuja história é marcada por processos que resultaram em latentes desigualdades socioespaciais.

A partir do desafio de tratar do delicado tema das desapropriações do Cajueiro, em razão do avanço de uma modernização autoritária (RIBEIRO, 1991) e seletiva (SOUZA, 2000) no território nacional, pudemos refletir como o Maranhão – seguindo uma lógica do capitalismo nos países periféricos – se insere na divisão técnica e territorial do trabalho. De maneira extrovertida, propõe a entrega de seus espaços à racionalidade econômica.

Tal situação geográfica (SILVEIRA, 1999, CATAIA; RIBEIRO, 2015) pode ser melhor compreendida através da análise das densidades informacionais e comunicacionais (SANTOS, 1996) desde território: por um lado, tentamos elucidar o papel do poder e da manipulação a qual a grande mídia – a serviço dos atores hegemônicos e controlada pelas oligarquias políticas e econômicas do estado – exerce sobre parcelas da sociedade ludovicense; por outro lado, ressaltamos a voz que ecoa do lugar, ou seja, aquela que reconhecemos ser um potencial de denúncia às arbitrariedades que aportam desorganizando a cultura herdada e as diferentes maneiras de organização da vida em um cotidiano compartilhado – entender o papel das mídias alternativas, nesta ocasião, foi fundamental para compor um quadro histórico de disputas de narrativas em torno da construção da cidade.

Refletir sobre os diversos momentos de resistência, articulados pelos moradores do Cajueiro e a sociedade civil, revelou o cunho cooperativista e solidário existentes em tais lutas. Ora, não seriam estas, as características inerentes do próprio território do Cajueiro apontando para outras formas de se produzir um espaço? Em outras palavras, o que este lugar simbólico, a partir da partilha cotidiana da escassez, poderia ensinar à sociedade como um todo sobre um uso menos desigual do território?

Afirmamos, pois, que a organização de resistência do Cajueiro pode ser interpretada, não apenas como um processo político de negação à expulsão de moradores de seus lugares ancestrais, mas, sobretudo, como uma maneira de se construir, a partir da luta pelo território, o que acreditamos ser a cidadania plena (SANTOS, 1987): a garantia do direito à existência.

Lembramos que esta pesquisa teve como objetivo apresentar apenas uma fase da situação em torno do território do Cajueiro. Assim, cabe, por fim, afirmar a existência de uma vasta agenda de pesquisa ainda a ser realizada em torno desta problemática. A partir de nossas incursões no movimento de resistência – o qual perdura até o fim dessa escrita, em março de 2020 – gostaríamos de apontar caminhos futuros e necessários que ajudariam

na reflexão, não somente sobre as questões relacionadas ao território do Cajueiro, mas da própria dinâmica urbana da cidade de São Luís. Seriam eles:

- (i) Realizar um estudo sobre a história territorial de São Luís, levando em consideração as seguintes variáveis em uma periodização: os planejamentos urbanos realizados na cidade e as distintas fases de consolidação de suas periferias. Entender a dinâmica do território do Cajueiro neste processo – sobretudo após o início das expulsões em razão do avanço dos grandes empreendimentos de infraestrutura no estado do Maranhão;
- (ii) Aprofundar os estudos sobre os Planos Diretores de São Luís e entender a maneira como áreas de preservação ambiental e de territórios reconhecidos como simbólicos se inserem nas leis de produção da cidade;
- (iii) Refletir sobre as distintas formas de trabalho realizadas pelos moradores do Cajueiro antes e depois do processo de expulsão; Em quais circuitos econômicos eles organizavam/ organizam suas vidas? Qual o papel dessas remanescentes áreas rurais da Região Metropolitana da Grande São Luís para o abastecimento alimentar da cidade?
- (iv) Continuar a discussão sobre as distintas formas de resistência na cidade levando em consideração duas variáveis: habitação e trabalho.

## NOTAS

3 Projeto intitulado “**Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão**” (financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES) composto pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual de Campinas.

4 A cidade de São Luís é composta por 1014837 habitantes (IBGE, 2019) sendo 94,5% de sua população considerada urbana. A zona rural de São Luís é composta por 56315 habitantes.

5 Levantamento feito pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão (2017).

6 Segundo Santos (1993, p. 122), podemos pensar que “o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos. Há oposição e complementariedade, mas os aspectos corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as formas precedentes das relações externas e internas da cidade, mesmo quando essas formas prévias, chamadas tradicionais, de realização econômica e social interessam a população mais numerosa e a áreas mais vastas. A lógica dominante, entretanto, é, agora, a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa”.

7 Regida pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015 a Região Metropolitana da Grande São Luís é composta pelos Municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís. Esse processo é resultante de uma complexa mudança e influência econômica, social e política que a capital exerce sobre esses municípios, principalmente por conta de sua expansão urbana e centralização de serviços.

8 Santos (1996, p. 256) define psicofera como o reino das ações humana, regida de desejos, ideias, crenças, intenções, paixões, etc. Comporta-se como o “lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário”.

9 Santos (2000, p. 72), trata a pobreza estrutural como o resultado planejado do modo de produção atual: além de naturalizada, comporta-se como “um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável” de produção de excluídos.

10 Para Chauí (1985, p. 7), “o discurso competente é o discurso constituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência”.

11 Nesta ocasião, a Comissão Pastoral dos Pescadores, em uma carta de apoio direcionada à Comunidade do Cajueiro, devido a opressão e desapropriação que os moradores sofreram no dia 12 de agosto de 2019, ressalta que o Estado, nesta ação, tem como um de seus objetivos principais a “expansão do projeto MATOPIBA, para exportação de soja”. Tal projeto constitui-se da nova fronteira agrícola brasileira compreendendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

12 Nesse sentido, Cataia & Ribeiro (2015, p. 11) com base em M. Laura Silveira (1999) consideram que “o conceito de situação geográfica é pertinente para analisar e articular variáveis, agentes e processos em diversas escalas a partir de um foco particular. Enquanto nó de verticalidades e horizontalidades, manifestação provisória do movimento de totalização”.

13 São dois conceitos proposto por Santos (1996) para se entender as categorias geográficas de Região e Lugar em sua totalidade. Desse modo, a Região, ou Lugar, terão duas bases de funcionamento, na qual as horizontalidades serão aqueles espaços históricos herdados, do *tempo do homem lento*, que se relacionam pelas contiguidades dos lugares, é também o espaço onde o trabalho se realiza, e uma série de elementos são coesos; já as verticalidades são redes, ordens ou impulsos externos que vão incidir sobre os territórios, modificando-os, desequilibrando-os.

14 Tal ação deriva de um interdito proibitório movido em 2014 pela empresa portuária contra a União dos Moradores do Cajueiro (PNCSA, 2019).

15 Santos (2000, p. 144), admite que “há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”.

16 Santos (1996) utiliza-se do termo “rugosidade” para conceituar as formas herdadas no território presente.

17 Tomamos liberdade em expor a maneira como o romancista Josué Montello conseguiu, em sua obra “Os Tambores de São Luís” (2019 [1975], p. 308), retratar a importância social e política dos espaços dedicados à realização dos cultos religiosos africanos, forma de zelo e identificação à cultura ancestral da população negra maranhense. Tomada como base a “Casa do Tambor de Mina” situada no centro da São Luís do século XIX, o autor assim descreve a questão: “Pela primeira vez na vida, Damião experimentava a sensação física de que pisava em chão africano. Dir-se-ia que falava dentro dele, nas raízes de seu ser, o sentimento atávico da condição original. Era ali um negro entre negros, e tudo em redor contribuía para aguçá-lo no espírito a consciência da raça – no cheiro dos corpos que se movimentavam, na chama das velas votivas, na água pura das jarras, no êxtase dos semblantes dominados pelos voduns, no saltitar dos pés descalços, na sonoridade dos búzios nos braços das noviches, e,

sobretudo no bater dos tambores, que tinham agora um tom marcial de desafio, canto augural e trompa guerreira, a que se misturava a harmonia das vozes, no coro das litânias. Essas vozes alongavam-se em lamentos, como súplicas desesperadas. Logo os tambores cresciam, suplantando a plangência do canto com o seu bater viril, e eram acompanhados pelo tinido dos ogãs e o sacolejo das cabaças, enquanto as noviches rodopiavam, obedecendo a marcação das pancadas, e toda a casa se contagiava desse compasso, dando mesmo a sensação de que as pilastras da varanda estremeciam com ele, no mesmo tantantã ritual”.

18 Dentro os exemplos, destacamos o “Movimento Reage São Luís”, organizado entre 2004 e 2005, tendo como resultado a inclusão da participação popular na discussão do Plano Diretor da cidade, permitindo, assim, ampliar a pauta sobre o planejamento urbano de São Luís; e o “Movimento em Defesa da Ilha”, que, dentre as suas pautas, havia a reivindicação do Terreiro do Egito (Alves, 2016).

19 Chama-nos atenção esta informação, pois sabemos tratar o Maranhão o primeiro estado da nação com os piores índices de segurança alimentar (IBGE, 2020 – último relatório oficial que trata do tema no território brasileiro)..

20 Para a garantia de sigilo e integridade dos sujeitos entrevistados durante esta pesquisa, optamos em colocar letras representativas que não possuem qualquer relação com o nome verdadeiro.

21 Destaca-se que mulheres grávidas, crianças e idosos eram submetidas a situações de violência policial das mais variadas formas, a saber: sofriam com descargas de *spray* de pimenta, violência física, entre outras.

22 O termo Vale faz referência à Companhia Vale S.A (antiga Vale do Rio Doce) – empresa envolvida nacionalmente em diversos desastres ambientais.

23 Santos (1996, p.309) sugere essa categoria de análise para expressar a reação ou *ordem local* dos atores não-hegemônicos que vivem os lugares e que são impactados pelas lógicas racionais dominantes, desse modo, as “contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tomadas irracionais para usos hegemônicos”.

24 Segundo Santos (2003), o processo de modernização do território que necessita de fluidez e de infraestruturas, por vias do planejamento nos países subdesenvolvidos, se firma sobre o planejamento e a reprodução da pobreza para grande parte da população de forma violenta, destruindo os saberes locais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALVES, E. de J. P. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís - Maranhão, Brasil. **Revista Orda**, v. 1, p. 1-50, 2016.

BEY, H. T. **Zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad, 2018.

BURNETT, F. L. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**. São Luís: UEMA, 2008.

CASTILLO, R. Evolução técnica, conhecimento da paisagem e uso corporativo do território. In: SOUZA, Álvaro José de *et al.* **Paisagem território região: em busca de identidade**. 2000. p. 173-183.

CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de situações geográficas: notas sobre

- metodologia de pesquisa em geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 9-30, jan./jun. 2015.
- CATAIA, M. Poder, política e uso do território: a difusão do macrossistema elétrico nacional. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 13., 2014, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona, 2014. p. 01-17. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2014/Marcio%20Cataia.pdf>. Acesso em: 3 out. 2019.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1985.
- CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES-CPPNACIONAL. **Moradores do Cajueiro desocupam a Secretaria de Direitos Humanos do estado do Maranhão após 62 horas de manifestação**. 2019. Disponível em: <http://www.cppnacional.org.br/noticia/moradores-do-cajueiro-desocupam-secretaria-de-direitos-humanos-do-estado-do-maranh%C3%A3o-ap%C3%B3s-62>. Acesso em: 13 set. 2019.
- DANTAS, M. **Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Lua Nova, 2003.
- FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. da. **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- GEDMMA. **RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II. Relatório Socioantropológico**. São Luís – MA: UFMA. 2014.
- GEIGER, P. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-544, 2012.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**, n. 6, jun./set. 1982.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/panorama>. Acesso em: 09 set. 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar. Brasil (2017-2018)**., 2020.
- MALIN, A. B. Economia e política da informação: novas visões da história. **São Paulo em Perspectiva**. v. 8, n. 4, out./dez. 1994.
- MATTELART, A. **Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- MATTELART, A. **A globalização da comunicação**. São Paulo: Edusc, 2000.
- McLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional, 1972.
- MESQUITA, G. M. S; SANT'ANA JÚNIOR, H. A de. Conflitos socioambientais e mobilizações de resistência da comunidade tradicional do Cajueiro frente à tentativa de construção de um porto privado em São Luís - MA. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2017.
- MONTEIRO, C. O planejamento: algumas considerações. **Etc, Espaço, Tempo e Crítica**, v. 1, n. 1, p. 40–54, 2007.
- MONTELLO, J. **Os tambores de São Luís**. São Luís: Edições SECMA/CCJM, 2019 [1975].
- PALHETA, J. M; SILVA, C. N; OLIVEIRA NETO, A; NASCIMENTO, F. R. Conflitos pelo uso do território na Amazônia mineral. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p. 1-18, 2017.



DOI: <https://doi.org/10.4215/rm2017.e16023>.

- PALHETA, J. M. **Território e mineração em Carajás**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.
- PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Carta em apoio a comunidade tradicional de Cajueiro (Maranhão)**. São Luís, 2019. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/carta-em-apoio-a-comunidade-tradicional-de-cajueiro-maranhao/>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, A. C. T. **Brasil: território da desigualdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. da. **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. p. 19-34.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Editora Nobel, 1987.
- SANTOS, M. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: SANTOS, M. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 13 – 40.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo : Hucitec, 1994.
- SANTOS, M & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.
- SILVA, A. M. B. A cidade de São Paulo e os círculos de informações. **Ciência Geográfica**, Bauru: AGB, ano 14, v. 14, n. 1, p. 24-30, jan./dez. 2010.
- SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, ano 4, n. 6, p. 21-27, 1999.
- SOUZA, J. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.
- VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria- Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. (orgs.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000. p. 75-103.